

**EXPANSÃO DE UNIVERSIDADES FEDERAIS NO INTERIOR DO BRASIL:
IMPLICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS**

Glaucia Grellmann

Mestranda do curso de Administração

Universidade Regional de Blumenau.

Realiza pesquisas na área de Estratégias em Organizações, Negócios Internacionais e Ambiente Institucional.

Maria José Carvalho de Souza Domingues

Doutora em Administração

Universidade Regional de Blumenau.

Realiza pesquisas na área de Ensino de Administração, Tecnologias no Ensino, Administração Universitária.

RESUMO

A expansão de universidades no interior do Brasil tem sido parte de uma ação de descentralização do ensino superior proposta pelos governos nos últimos anos. Este estudo objetiva analisar o surgimento de universidades federais no interior do Brasil e a relação deste fato sobre empregabilidade e renda, saúde e educação dos municípios alcançados pela expansão das universidades. Foram identificadas as universidades surgidas a partir do ano 2000 e por conseguinte, foi analisado o impacto da presença das universidades federais nos municípios e região adjacente aos *campus* universitários estudados durante os anos de 2005 a 2016. Os dados referentes às universidades federais implantadas foram extraídos dos relatórios anuais da Sinopse Estatística da Educação Superior desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Quanto às variáveis empregabilidade e renda, saúde e educação, estas correspondem ao Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. Constatou-se que durante o período analisado e para as regiões às quais as universidades estão instaladas, não houve resultado positivo com a geração de empregabilidade e renda. No entanto, as variáveis saúde e educação tiveram relação significativa com a presença das universidades nas regiões interioranas.

PALAVRAS CHAVE: Expansão das universidades federais. Desenvolvimento econômico. Índice Firjan.

1 INTRODUÇÃO

A expansão de universidades no interior do Brasil tem sido parte de uma ação de descentralização do ensino superior proposta pelos governos nos últimos anos. A busca pela descentralização objetiva levar o conhecimento a regiões interioranas, buscando reduzir as assimetrias regionais. A presença da universidade fomenta o desenvolvimento regional e reduz a migração de mão de obra para regiões metropolitanas ou capitais, fazendo com que mediante a geração de maior grau de empregabilidade no interior, o capital humano possa permanecer nas regiões de origem (Ferreira, 2010; Niquito, Ribeiro & Portugal, 2018).

Estudos anteriores tem demonstrado que a interiorização das universidades, além de propiciar aumento do nível de empregabilidade, também contribui para o incremento do PIB regional (Výrostová & Výrost, 2007). A presença de universidades promove mudanças na estrutura política dos municípios, maior participação social nas decisões, crescimento e mobilidade social, desenvolvimento da estrutura industrial, ampliação do mercado de trabalho, serviços de saúde, melhora na qualidade de vida da população, além de propiciar uma melhor imagem e identidade regional (Yserte & Gallo-Rivera, 2010).

Valero e Reenen (2019) afirmam que a relação entre o PIB *per capita* e as universidades não é impulsionada simplesmente por despesas da universidade, seus funcionários e alunos. Parte do efeito das universidades no crescimento econômico é mediada através de uma maior oferta de capital humano e maior inovação. Além disso, a presença universitária histórica em uma região promove atitudes pró-democráticas mais fortes, o que evidencia a mesma ideia proposta por Yserte e Gallo-Rivera (2010), quanto à maior participação social da comunidade na área pública.

Com esta temática, este estudo objetiva analisar o surgimento de universidades federais no interior do Brasil e a relação deste fato sobre empregabilidade e renda, saúde e educação dos municípios alcançados pela expansão das universidades. Primeiramente, foram

identificadas as universidades surgidas a partir do ano 2000 e, por conseguinte, foi analisado o impacto da presença das universidades federais nos municípios e região adjacente aos *campus* universitários estudados durante os anos de 2005 a 2016.

Mediante análise, foi possível verificar que a presença da universidade trouxe resultados agregados significativos. Os dados referentes às universidades federais implantadas foram extraídos dos relatórios anuais da Sinopse Estatística da Educação Superior desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Quanto às variáveis empregabilidade e renda, saúde e educação, estas correspondem ao Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.

Como contribuição empírica, este estudo permite visualizar resultados decorrentes de políticas públicas de fomento à educação superior, reiterando a importância de práticas de incentivo à existência de universidades federais em regiões interioranas. Tendo-se ciência de que outras políticas de desenvolvimento regional também possuem sua relevância, o fomento à presença das universidades públicas em regiões interioranas possui peso significativo para o desenvolvimento regional, além dos benefícios oriundos deste fator. Os resultados da situação socioeconômica das microrregiões estudadas permite que outras políticas de incentivo ao acesso ao ensino superior sejam desenvolvidas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

São diversos os estudos sobre impacto de universidades em suas localidades. Bonner, (1968), em estudo clássico, ao pesquisar sobre a região adjacente à Universidade do Colorado, nos estados Unidos, percebeu que a presença da instituição universitária causava impacto positivo no consumo e o crescimento da empregabilidade. Booth e Jarrett (1976) estimaram os impactos econômicos resultantes da presença da Universidade de Rhode Island sobre empresas, governos estaduais e municipais e indivíduos, encontrando resultados positivos de influência sobre negócios, renda e empregabilidade.

Recentemente, estudos tem enfatizado que a presença de universidades que fomentam o desenvolvimento de pesquisas e investem em parques científicos, promovem impactos econômicos regionais significativos (Hobbs, Link & Shelton, 2018). Nesse sentido, além de considerar o viés socioeconômico das universidades, existe também o incremento de inovações tecnológicas, evidenciado pela quantidade de patentes registradas nas regiões a elas adjacentes (Toivanen & Väänänen, 2016). Além disso, salienta-se que a presença universitária com mais tempo de atuação em uma região, promove atitudes pró-democráticas relevantes (Valero & Reenen, 2019).

De forma semelhante, no Brasil, o impacto socioeconômico resultante da abertura de novas universidades federais já foi pauta de estudo. Niquito, Ribeiro e Portugal (2018) ao realizarem estudo na temática, verificaram que a presença das universidades federais em regiões interioranas promoveu melhora na renda domiciliar *per capita* das famílias, além da redução da taxa de fecundidade. Caldarelli, Camara e Perdigão (2015) ao estudarem as universidades estaduais paranaenses, verificaram interação positiva e significativa da presença de universidades estaduais e o indicador de emprego/renda nos municípios que possuíam as referidas instituições. Por este motivo, faz-se necessário um aprofundamento no assunto a fim de identificar a relevância da expansão de universidades federais no interior do Brasil.

2.1 A expansão de universidades federais

Antes dos anos 2000, a maioria das universidades federais brasileiras estavam situadas em regiões metropolitanas ou capitais (INEP, 2000). Com a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em 2007, houve um incremento considerável na criação de *campi* universitários federais. No ano 2000, existiam no Brasil 61 universidades federais, sendo 38 delas localizadas nas capitais e 23 no interior. Com as estratégias de expansão, passou-se a ter 107 universidades federais, sendo 64 nas capitais e 43 delas no interior (INEP, 2000; INEP, 2016).

O relatório da comissão para análise da expansão das universidades federais no Brasil discursa que o fenômeno da interiorização trouxe contribuições expressivas para o desenvolvimento das regiões que receberam estas instituições (MEC, 2012). Dentre muitos benefícios, a expansão das universidades federais promoveu a democratização do ensino superior, permitindo que a população não residente em metrópoles ou capitais pudessem ser beneficiadas pela presença e ação da universidade em sua localidade (Niquito, Ribeiro & Portugal, 2018).

Contudo, destaca-se que muitas universidades federais surgidas nas últimas duas décadas resultaram de desmembramento de outras instituições já existentes, não sendo consideradas efetivamente novas universidades. Centros de ensino técnico ou institutos federais se desvincularam de outras instituições já existentes e tornaram-se universidades autônomas (Camargo & Araújo, 2018). A presença institucional já era notória na comunidade, fazendo com que a formalização legal da universidade ou seu desmembramento lhe desse apenas autonomia de gestão.

Durante o período de 2000 a 2016, dentre as universidades federais que surgiram no interior do Brasil que podem ser consideradas sem procedência foram apenas seis. Estas tiveram lei de criação que permitiu seu surgimento e implantação não vinculado à outras universidades já existentes ou outros centros de ensino. As mesmas são pauta de análise nesta pesquisa e melhor detalhadas na seção 3 deste estudo, sendo apresentadas a seguir: UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco; UFABC - Fundação Universidade Federal do ABC; Unipampa - Fundação Universidade Federal do Pampa; Unila - Universidade Federal da Integração Latino-Americana; UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul; e UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

2.2 A universidade como órgão fomentador da economia regional

A economia de uma região que possui instituições de ensino superior é diretamente impactada pela existência deste tipo de organização. Os gastos da universidade com sua própria manutenção promovem um incremento na renda local, permitindo com que outras instituições ou empresas se instalem próximas a elas, seja para atuarem como fornecedores às universidades, seja para dela obterem o conhecimento que auxilie em inovação e desenvolvimento tecnológico (Porter, 2000).

A existência do fluxo de pessoas provenientes de áreas adjacentes favorece a circulação de capital de forma mais intensa e permite um aquecimento na economia local, promovendo o crescimento do PIB *per capita* (Goddard & Kempton, 2011). Contudo, a relação entre o PIB *per capita* e as universidades não é incrementado apenas por despesas da universidade, seus funcionários e alunos. Parte do efeito das universidades no crescimento é

mediada através de uma maior oferta de capital humano e maior inovação (Valero & Reenen, 2019).

Além disso, o resultado da formação acadêmica permite a disponibilidade de mão de obra para atender à demanda do mercado. Isto favorece o surgimento de novas empresas, desenvolvimento de novos ramos de atividades ou até mesmo aglomerados industriais (Porter, 2000). Dessa forma, a universidade atua como um fator de mobilidade social (Camargo & Araújo, 2018), além de contribuir para que sejam reduzidas as assimetrias regionais existentes entre capitais e regiões interioranas. Ressalta-se que a política de expansão das universidades promovida pelo governo federal foi composta por três dimensões de análise: a dimensão social, a dimensão geográfica e a dimensão de desenvolvimento (MEC, 2011).

Ao considerar a dimensão social, o governo federal priorizou os municípios com alta demografia, porém baixa renda *per capita* (municípios com mais de 80 mil habitantes e com renda *per capita* inferior a mil reais), além de regiões do meio rural, regiões estas chamadas de Território da Cidadania (MDA, 2008). Ao considerar a dimensão geográfica, o governo priorizou municípios que tivessem mais de 50 mil habitantes, porém com média de oferta de vagas no ensino superior abaixo da média do país. Ao considerar a dimensão de desenvolvimento, levou-se em consideração os municípios com Arranjos Produtivos Locais expressivos ou municípios próximos a grandes investimentos (MEC, 2011).

Em resumo, o objetivo governamental foi propiciar um incremento na renda dos municípios do interior, permitindo redução das assimetrias sociais entre as regiões do Brasil, já que a universidade é um ator potencial ao contribuir para o desenvolvimento socioeconômico (Barbosa, Petterini & Ferreira, 2015), gerando resultados não somente em curto prazo, mas também ao longo do tempo.

3 METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa quantitativa, de caráter descritivo, conforme definição proposta por Hair Jr. et al (2005) e Creswel (2010). Estudos descritivos buscam observar, registrar, analisar e correlacionar fatos sem alterá-los. Portanto, os dados são coletados e registrados de forma ordenada para serem analisados (Cervo & Bervian, 2002). Seguindo esta caracterização, para esta pesquisa foram utilizados dados secundários, analisados por meio de testes estatísticos com base em análise de regressão. Segundo Fávero et al (2009), a utilização de análise por meio de regressão viabiliza o estudo das influências das variáveis preditoras sobre uma variável explicada para um grupo de informações, permitindo maior compreensão da previsão de uma variável sobre a outra.

3.1 Amostra

Mediante dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) nos relatórios anuais da Sinopse Estatística da Educação Superior, extraíram-se as informações referentes às universidades federais criadas em regiões do interior do Brasil durante os anos de 2000 a 2016.

No período analisado, houveram muitas universidades federais resultantes de desmembramento de outras instituições, sendo estas, portanto, não convenientes para atender ao objetivo do presente estudo, em virtude que a infraestrutura e o atendimento à região a qual estavam inseridas não eram de fato algo novo à comunidade.

Quadro 1 – Universidades sem procedência (2000 – 2016)

Sigla	Nome da Universidade	UF de abrangência	Municípios de localização
UNIVASF	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	PE	Petrolina - PE
		BA	Juazeiro - BA
		PI	São Raimundo Nonato - PI
			Senhor do Bonfim - BA Paulo Afonso - BA
UFABC	Fundação Universidade Federal do ABC	SP	Santo André São Bernardo do Campo
Unipampa	Fundação Universidade Federal do Pampa	RS	Alegrete Bagé Caçapava do Sul Dom Pedrito Itaqui Jaguarão Santana do Livramento São Borja São Gabriel Uruguai
Unila	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	PR	Foz do Iguaçu
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul	PR	Cerro Largo RS
		SC	Chapecó - SC
		RS	Erechim - RS
			Laranjeiras do Sul PR
			Passo Fundo - RS Realeza – PR
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	CE	Redenção - CE
		BA	Acarepé - CE
			São Francisco do Conde - BA

Fonte: dados da pesquisa.

Assim, a partir destes dados, foram consideradas somente as universidades sem procedência, ou seja, que não foram resultantes de desmembramento de universidades ou instituições já existentes, sendo esta a fase em que foi possível chegar a identificação final de seis universidades, conforme apresentado no quadro 1.

3.2 Critério para análise das regiões adjacentes aos *campi*

Na década de 1980, o quadro regional do Brasil era dividido em microrregiões e mesorregiões geográficas. Com a necessidade de atualização considerando a dinâmica dos processos de transformação nas localidades, foi necessário uma nova divisão geográfica que considerasse os fluxos de mobilidade urbana. Com isso, surgiu a divisão do Brasil em regiões imediatas e intermediárias, fato que promove uma nova interpretação da realidade existente nas regiões. Por este motivo, neste estudo foi considerado para mapeamento dos municípios e regiões a última metodologia utilizada pelo IBGE de divisão regional do Brasil, conforme o Recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias 2017 (IBGE, 2017).

As regiões imediatas são classificadas com municípios aglomerados em torno de um centro urbano próximo que atende a satisfação das necessidades imediatas da população, tais como a busca por trabalho, saúde, educação, compras e prestação de serviços públicos. Já as

regiões intermediárias são consideradas como intermediárias entre a divisão Unidade da Federação e as regiões imediatas, classificação em que foi considerada a inclusão de metrópoles ou capitais regionais. Esta nova divisão considera os arranjos populacionais. (IBGE, 2017).

Com a utilização deste método de identificação de municípios e respectiva região imediata, foram identificados os municípios sede ou municípios onde há *campi* relacionado. A partir desta identificação, foi possível mapear as regiões imediatas às quais cada município pertence, sendo portanto, identificadas 24 regiões imediatas. Vale ressaltar que a Unipampa, apesar de possuir 10 *campi* universitários, os municípios estão enquadrados em 6 regiões imediatas, ou seja, há mais de uma universidade por região imediata.

Feito a identificação dos municípios e respectiva região imediata, consequentemente foram identificados os municípios adjacentes. Neste estudo, foram considerados na análise um total de 268 municípios pertencentes a cada região onde há um *campi* de universidade federal sem procedência durante o período analisado.

3.3 Critério indicador de desenvolvimento dos municípios e critério de tratamento dos dados

Como indicador de desenvolvimento econômico, foi considerado neste estudo o conceito de desenvolvimento proposto pelo Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal. Por ter divulgação de dados somente a partir de 2005, foi considerado este o período inicial de análise, sendo considerado este índice em seu valor agregado e os subíndices empregabilidade e renda, saúde e educação, apresentando portanto, quatro modelos para análise.

Quanto ao tratamento dos dados, ao se fazer a regressão, foi utilizado variável binária para identificar a existência de universidade no período correspondente ao respectivo município, sendo 1, para o ano em que houve a implantação da universidade e 0 para inexistência no ano respectivo. Como variável moderadora, foi utilizado a região, sendo esta a identificada pela universidade presente no local, já que o impacto sobre as regiões existentes pode ser diferente devido as disparidades socioeconômicas.

Porém, tem-se ciência que ao se estudar situações socioeconômicas, diversos são os fatores que influenciam e determinam comportamentos, tal como o incremento de políticas públicas diversas propostas por governos municipais, estaduais, além do nível federal, características que estão além do assunto pauta deste estudo. Sendo assim, este estudo não se propõe a buscar identificar todos os determinantes que influenciam sobre a empregabilidade e renda, saúde e educação das regiões. Enfatiza-se que somente é buscado conhecer a relação de influência da universidade instalada em uma região sobre os indicadores anteriormente citados. Dessa forma, busca-se verificar qual variável obteve melhores resultados desde que universidades federais passaram a fazer parte de realidade regional.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Considerando a tabulação e organização dos dados, bem como a execução da regressão linear, foi possível obter os resultados, os quais são apresentados na tabela 1. Assim, nesta seção, são analisados os resultados encontrados, bem como propõe-se a análise dos motivos inerentes aos valores encontrados.

Tabela 1. Análise de regressão dos modelos do estudo.

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
	Empregabilidade e Renda	Saúde	Educação	Firjan Agregado
Const	0.624994 0.0000	0.919141 0.0000	0.822129 0.0000	0.787754 0.0000
Implant_Univ	0.004195 0.4063	0.034749 0.0000	0.100053 0.0000	0.047206 0.0000
Região	-0.026438 0.0000	-0.060908 0.0000	-0.060681 0.0000	-0.048834 0.0000
R ²	0.085966	0.370186	0.594699	0.479885
R ² ajustado	0.085395	0.369796	0.594444	0.479556
F	1.50	9.47	2.33	1.45
N	3205	3228	3186	3159

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme tabela 1, ao se analisar os resultados obtidos no Modelo 1, em que foi considerado a relação da implantação da universidade com o subíndice Firjan de empregabilidade e renda, é possível perceber que o modelo não tem forte poder de explicação estatística. Percebe-se que a expansão das universidades, por si só, não impactou positivamente a empregabilidade e renda no período considerado (2005 a 2016).

Este fator pode ser explicado pelo contexto de desemprego que já vem repercutindo na economia de forma intensa, principalmente após a Grande Crise de 2008, que também repercutiu no Brasil. Além disso, as incertezas políticas e econômicas do período causaram grande impacto nos níveis de renda e empregos (Jornal Nexô, 2017). Situações adversas, geradas por inúmeros fatores, tanto regionais, nacionais, ou mesmo internacionais influenciam com maior força no grau de empregabilidade e renda, tanto de forma positiva quanto negativa. Fatores econômicos ou mesmo crises políticas, por exemplo, influenciam negativamente neste âmbito (Martins & de Jesus, 2018). Assim, a presença da universidade não foi suficiente para garantir o aumento do grau de empregabilidade e ascensão da renda das regiões onde estão inseridas.

Este resultado, *ceteris paribus*, contraria ao previsto na literatura (Výrostová & Výrost, 2007; Ferreira, 2010; Caldarelli, Camara & Perdigão, 2015; Niquito, Ribeiro & Portugal, 2018). Porém, em longo prazo, com o aumento do grau educacional da população, favorecido pelo fácil acesso ao ensino superior, os níveis de empregabilidade e renda terão melhores resultados. Além disso, por si, as universidades federais promovem empregos diretos e o incremento da renda de quem passa a ser parte de seu quadro de funcionários, contudo, de forma geral, o impacto causado no nível de renda e empregos regionais não é suficientemente explicado simplesmente pela presença das universidades. Por outro lado, esforços propostos por políticas públicas podem ser uma forma de minimizar o grau de desemprego e propiciar o aumento da renda da população próxima a estas universidades. Neste caso, a universidade está como aliada, mas não com o papel preponderante para efetuar mudanças.

Por outro lado, o modelo 2, em que foi considerado a relação da implantação da universidade com o subíndice Firjan de saúde, reitera-se que a presença da universidade nas

regiões consideradas pode ser uma forma de contribuir para a melhor qualidade de vida relacionada à saúde, confirmando estudos anteriores (Caldarelli, Camara & Perdigão, 2015). Programas de extensão universitária podem ser exemplos de maior contato da universidade com a vida social, a fim de promover a conscientização de melhores hábitos que refletem em condições de vida mais saudáveis.

Dessa forma, a atuação das universidades confirma a importância de tornar o conhecimento em saúde acessível à população. Isso é feito mediante ações que viabilizem esclarecimentos quanto à saúde em geral, buscando alcançar diversas faixas etárias, tal como ações em escolas, instituições e demais locais a fim de auxiliar em programas de conscientização e esclarecimentos (de Sousa Nobre, Moura, da Rocha Brito, Guimarães & da Silva, 2017). Dessa forma, a atuação da universidade é de considerável visibilidade e importância, evidenciando que as universidades possuem papel central concernente a melhorias na saúde da população. Isso indica que esforços não são vãos quando colocados em prática por ações universitárias que visam melhorias na saúde da população regional.

Já o modelo 3 em que foi considerado a relação da implantação da universidade com o subíndice Firjan de educação, destaca a importância do grau educacional gerado pelas universidades. Sendo o modelo com melhor explicação estatística, já que é inerente à própria prática educacional, pode-se afirmar que a facilitação ao acesso de ensino público é um incentivo para que maior contingente populacional busque por formação acadêmica.

A facilidade quanto à proximidade da universidade às necessidades de formação superior advindas da população, contribui para que o grau educacional se desenvolva. Apesar de que em curto prazo os impactos desta situação não sejam percebidos, analisados em longo prazo permitem identificar o impacto causado no grau de escolaridade da população. A facilitação ao acesso do ensino superior público desenvolve a qualificação de mão de obra, permitindo que a profissionalização do trabalho seja evidente também nas regiões interioranas, sendo a universidade uma aliada ao desenvolvimento como um todo.

Por fim, quanto ao modelo 4, considerou-se o índice Firjan em sua forma agregada, o que permitiu ver que, em sua totalidade e de forma abrangente, a presença da universidade possui papel relevante no desenvolvimento socioeconômico. Não se pode menosprezar que as instituições de ensino superior federais aqui estudadas possuem importância visivelmente percebida na melhoria de qualidade de vida como um todo e a profissionalização do trabalho, o que demonstra que esforços não são vãos quando se trata de expansão da educação superior.

Isso indica que políticas públicas de fomento à educação, tais como incentivos à práticas de extensão, auxílios ao desenvolvimento de pesquisas nas áreas de saúde são formas de o estado propiciar melhores resultados no desenvolvimento de regiões que ainda carecem de melhores índices de desenvolvimento. A estratégia de expansão universitária mostrou ser relevante. Essa mesma ação pode ser replicada à outras regiões interioranas, com insuficientes graus educacionais. Novos incentivos podem ser criados ou melhorados por parte da iniciativa pública no Brasil.

5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar o surgimento de universidades federais no interior do Brasil e a relação deste fato sobre empregabilidade e renda, saúde e educação dos municípios alcançados pela expansão das universidades. Primeiramente, foram identificadas as universidades surgidas a partir do ano 2000 e, por conseguinte, foi analisado o impacto da

presença das universidades federais nos municípios e regiões adjacentes aos campus universitários estudados durante os anos de 2005 a 2016.

Mediante análise de regressão foi possível perceber que ao longo do período analisado a presença da universidade não foi suficiente para explicar o grau de empregabilidade e renda. Este fator sofre influência de inúmeras variáveis, tal como a conjectura socioeconômica, situação política e circunstâncias específicas localizadas, o que não pode ser minimizado simplesmente pela presença de uma universidade. Entende-se que neste caso, a universidade atua como aliada e não como força preponderante ao desenvolvimento da empregabilidade e renda.

Por outro lado, nos casos analisados, a universidade possui papel relevante quanto ao desenvolvimento de maiores índices de saúde. Entende-se que a partir de práticas de extensão do ensino de cuidado e conscientização são obtidos resultados favoráveis de melhores hábitos saudáveis, repercutindo em impacto regional. Quanto à educação, a universidade atua como agente de formação e qualificação profissional, ampliando o grau de instrução e fomentando ações de desenvolvimento tecnológico e inovação, confirmando melhores graus educacionais.

Este estudo limitou-se apenas às universidades criadas sem procedência anterior. Para estudos futuros, sugere-se que sejam desenvolvidas pesquisas que considerem não somente campus sem procedência, mas também campus universitários abertos em regiões interioranas que também sejam provenientes de outras instituições a fim de verificar outros casos sobre o papel da universidade no desenvolvimento socioeconômico.

Este estudo permite visualizar resultados decorrentes de políticas públicas de fomento à educação superior, reiterando a importância de práticas de incentivo à existência de universidades federais em regiões interioranas. Percebe-se que o incentivo à presença das universidades públicas em regiões interioranas contribui significativamente para o desenvolvimento regional. Os resultados da situação socioeconômica das microrregiões estudadas permite que outras políticas de incentivo ao acesso ao ensino superior sejam desenvolvidas.

AGRADECIMENTO

Agradecemos à FAPESC (Fundo de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina) pelo apoio à esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Barbosa, M. P., Petterini, F. C., Ferreira, R. T. (2015). Avaliação do impacto da política de expansão das universidades federais sobre as economias municipais. *ANPEC*. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_I/i12-6599011d2e3082ef34b038002f88e41c.pdf. Acesso em 15 ago, 2019.
- Blackwell, M.; Cobb, S.; Weinberg, D. (2002). The economic impact of educational institutions: issues and methodology. *Economic Development Quarterly*, Cleveland, v. 16, n. 1, p. 88-95.

- Bonner, E. R. (1968). The Economic Impact of a University on Its Local Community. *Journal of the American Institute of Planners*, 34(5), 339–343. doi:10.1080/01944366808977555
- Booth, G. G., & Jarrett, J. E. (1976). The Identification and Estimation of a University's Economic Impacts. *The Journal of Higher Education*, 47(5), 565. doi:10.2307/1979221
- Caldarelli, C. E.; Camara, M. R. G. Perdigão, C. (2015). Instituições de ensino superior e desenvolvimento econômico: o caso das universidades estaduais paranaenses. IPEA. *Planejamento e Políticas Públicas*, p. 44.
- Camargo, A. M. M.; Araújo, I. M. (2018) Expansão e interiorização das universidades federais no período de 2003 a 2014: perspectivas governamentais em debate. *Acta Scientiarum. Education*, v. 40(1), e37659.
- Cervo, A. L.; Bervian, P. L. (2002) *Metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall.
- de Sousa Nobre, R., Moura, J. R. A., da Rocha Brito, G., Guimarães, M. R., & da Silva, A. R. V. (2017). Vivenciando a extensão universitária através de ações de educação em saúde no contexto escolar. *Revista de APS*, 20(2).
- Fávero, L. P. et al. (2009) *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Ferreira, T. (2010) Universidades - Expansão para o interior - Governo inicia processo de descentralização do ensino superior. *Desafios do desenvolvimento*. Ano 7. Edição 58 – 26 fev. 2010.
- Goddard, J.; Kempton, L. (2011) Connecting universities to regional growth: a practical guide. Brussels: *European Commission*.
- Hobbs, K.G., Link, A. N. & Shelton, T.L. (2018). The Regional Economic Impacts of University Research and Science Parks. *Journal of the Knowledge Economy*. <https://doi.org/10.1007/s13132-018-0566-5>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017). *O recorte das regiões geográficas imediatas e intermediárias de 2017*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em 20 ago. 2019.
- Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais (2000). Sinopses estatísticas da educação superior. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/sinopse_superior-2000.pdf. Acesso em 01 ago. 2019.
- Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais (2016). Sinopses estatísticas da educação superior. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em 01 ago. 2019.

- Jornal Nexo (2017) Quanto a população brasileira já perdeu com a crise econômica. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/09/17/Quanto-a-popula%C3%A7%C3%A3o-brasileira-j%C3%A1-perdeu-com-a-crise-econ%C3%B4mica>. Acesso em 09 dez. 2019.
- Marques, A. C. H. Cepêda, V. A. (2012) Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. *Perspectivas*, São Paulo, v. 42, p. 161-192, jul./dez.
- Martins, A. E., & de Jesus, S. N. (2018). Crise financeira e desemprego. *Nota introdutória 3 _ o pensamento político-pedagógico de Paulo Freire*, 8(3), 61-66.
- Ministério da Educação – MEC (2011). *Expansão da educação superior e profissional e tecnológica: mais formação e oportunidades para os brasileiros*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf. Acesso em 19 ago, 2019.
- Ministério da Educação – MEC (2012). *Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2013-pdf/12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf>. Acesso em 19 ago, 2019.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (2008) Os 60 Territórios da Cidadania. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>. Acesso em 19 ago. 2019.
- Niquito, T. W.; Ribeiro, F. G.; Portugal, M. S. (2010) Impacto da criação das novas universidades federais sobre as economias locais. IPEA. *Planejamento e Políticas Públicas*, p. 51.
- Porter, M. E. (2000) Location, Competition, and Economic Development: Local Clusters in a Global Economy. *Economic Development Quarterly*, Vol.14 No. 1, Feb., p. 15-34.
- Toivanen O., Väänänen, L. (2016). Education and Invention. *The Review of Economics and Statistics*. The MIT Press Journal. Volume 98, Issue 2, May, 2016 p.382-396.
- Valero, A.; Reenen, J. V. (2019) The economic impact of universities: Evidence from across the globe. *Economics of Education Review*. 68, p. 53-67.
- Výrostová, E; Výrost, T. (2007) Measuring the role of universities in regional development. Technical University of Košice, Faculty of Economics. 2nd Central European Conference in Regional Science – CERS.
- Yserte, R. G.; Gallo-Rivera, M. T. (2010) The impact of the university upon local economy: Three methods to estimate demand-side effects. *The Annals of Regional Science* 44(1), p.39-67.